

USO DO CATÁLOGO DE BIBLIOTECA: uma abordagem histórica

Iraneuda Maria Cardinalli Ferraz
PUCCAMP/COPERSUCAR

RESUMO:

FERRAZ, Iraneuda M.C. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica.

Trans-in-formação, 3(1,2,3): -, 1991.

A introdução do catálogo na história da humanidade passou a caracterizar a biblioteca não como mero depósito de livros. O catálogo, então, representou, representa e representará o instrumento para localizar um determinado item bibliográfico na biblioteca, com a função de agrupar informações para seus usuários. Os primeiros catálogos surgiram com as primeiras bibliotecas, como simples relações ou inventários das obras existentes em seus acervos. Com o avanço do século XX, a estrutura da catalogação moderna foi formada, sendo de maior interesse para a atualidade.

Unitermos: Uso de catálogo, História da catalogação.

INTRODUÇÃO:

Os catálogos são necessários quando uma coleção cresce para ser lembrada item por item. Numa biblioteca de pequeno porte ou numa biblioteca particular haverá menor necessidade de um catálogo formal: o usuário pode localizar cada livro por autor, título ou assunto. Quando a coleção se torna maior, um arranjo informal, como agrupamento de livros por categorias de assunto, fornece acesso a

eles. Mas quando a coleção se torna muito maior para tal busca, um registro formal é necessário.

Comumente, uma coleção de livros será listada por autor; se o autor é desconhecido, listar-se-á pelo título ou por qualquer outra informação que forneça uma identificação positiva. Tal informação é chamada de entrada. Entende-se por entrada segundo ZAMBEL (21; p.32) "o registro de uma obra no catálogo, o conjunto de cabeçalhos, modificação, página ou páginas que indicam onde se pode encontrar aquela informação no texto". Numa biblioteca, cada entrada no catálogo é a representação de um registro bibliográfico(1) para um ponto no catálogo. Um registro bibliográfico é uma transcrição da informação completa para qualquer item. O objetivo de um registro bibliográfico, segundo WYNAR (20; p.2) é:

1º "fornecer toda a informação necessária para descrever um item físico como intelectualmente a fim de distingui-lo de qualquer outro; e

2º fornecer sua localização na coleção".

Quando tal registro entrou no catálogo, para cada um dos diversos pontos de acesso (autor, título, assunto), estas entradas se tornam um índice para a coleção.

Então, no catálogo, o usuário pode encontrar duas importantes peças de informação: se a biblioteca possui o item desejado e, se tem, onde ele está localizado na coleção.

De maneira geral, o catálogo é uma lista organizada com qualquer ordem permitindo a quem o consulta ter idéia do material a que se refere, sem necessidade de acesso físico a esse material.

Para a composição do catálogo são utilizados os processamentos técnicos, que podem ser definidos como aquelas atividades da biblioteca onde são desempenhadas a organização do material bibliográfico, permitindo o seu acesso.

(1) Consistem em descrever as características de um item e determinar-lhe pontos de acesso, permitindo sua identificação pelo usuário.

A abordagem de que o catálogo como guia destinado a mostrar ao usuário não somente se a biblioteca possui um material específico mas também que materiais relacionados existem e que servirão para suprir a necessidade do usuário, implica em que os materiais de uma biblioteca têm aspectos significativos para merecerem a atenção da pessoa que busca a informação, estabelecendo uma inter-relação entre eles (catálogo/usuário).

Geralmente, o processamento técnico abrange operações de armazenamento e recuperação de informações, entre elas a catalogação.

Aqui, face ao tema, será focado apenas o serviço de catalogação.

A catalogação é o processo de preparar um catálogo ou de preparar registros bibliográficos que se tornam entradas num catálogo.

A fim de se ter acesso a esses materiais de uma biblioteca, um índice ou uma lista de materiais na coleção deve ser mantida. Em bibliotecas, o índice ou lista de materiais disponíveis é chamado de catálogo. Um catálogo é uma lista, arranjada por ordem alfabética, por número ou por assunto, de livros, mapas, moedas, selos ou materiais de quaisquer outros itens que constituam uma coleção. Cutter citado por FIUZA (5; p.48-9) apresenta como objeto (entendido como objetivo) do catálogo um instrumento para "1º) permitir a uma pessoa encontrar um livro onde se conhece: a) o autor; b) o título; c) o assunto; 2º) mostrar o que a biblioteca possui; d) de um determinado autor; e) de um assunto determinado; f) de um determinado tipo de literatura; e 3º) ajudar na escolha de um livro; g) de acordo com sua edição; h) de acordo com seu caráter literário ou tópico".

FASE HISTÓRICA

Sabe-se que na literatura grega há referências a coleções de livros em bibliotecas, através de listagens, mas não se sabe exatamente se estas listagens eram catálogos ou bibliografias de literatura grega. Segundo FIUZA(5) foram os gregos quem muito contribuíram para a catalogação bibliográfica, através de referências de suas obras pelo nome do autor.

Os primeiros catálogos surgiram com as primeiras bibliotecas, que acima de tudo funcionaram como museus de livros por cerca de 2000 anos. Seus catálogos eram, então, simples relações ou inventários das obras existentes em seus acervos.

Um catálogo antigo, aquele de uma coleção de livros doados por George, o Grande, para a Igreja de São Clemente, em

Roma, no século VIII foi escrito em forma de oração. Um outro catálogo métrico de Alcuim, produzido para a Biblioteca Monástica de York, é considerado único escrito em forma de versos. Infelizmente, o catálogo de Alcuim não obteve maior credibilidade porque apresentava livros que não constavam da coleção que devia representar, conforme enfatizaram HUNTER & BACKWELL (9).

A Idade Média apresentou pouco desenvolvimento na área da catalogação, a não ser tentativas de listas inventariais desorganizadas. Os catálogos das bibliotecas universitárias européias continuaram a se constituir de inventários de coleções.

No século XIII, a catalogação se desenvolveu nos mosteiros ingleses, com a tentativa de se fazer um catálogo coletivo de seus acervos; no século XIV apareceu a idéia de símbolos de localização dos livros nas estantes, bem como uma indicação mais completa de edições e a preocupação de se identificarem as obras publicadas ou encadernadas juntas.

Os catálogos antigos evidenciam o esforço de seus compiladores tateando rumo a um sistema. A necessidade de localizar livros não era apreciada até o século XIV quando surgiu a idéia de símbolos para localização dos livros nas estantes, sendo que com o advento da imprensa, no século XV, os acervos das bibliotecas necessitaram de ter uma organização mais cuidadosa, e o uso da ordem alfabética por autor não se tornou comum até o século XVI. Compiladores de catálogos antigos (como alguns catalogadores modernos) não estavam seguros de como proceder nas representações de problemas tais como coleções, trabalhos anônimos, pseudônimos e traduções.

Nos séculos passados, eram os mosteiros, catedrais, e mais tarde as universidades, que tinham grandes coleções de livros e, por esta razão, os catálogos de suas bibliotecas constituíam de inventários das coleções. As entradas catalográficas eram resumos das obras e o assunto principal dos catálogos era fornecer inventários da coleção melhor do que listas ou bibliografias. Entretanto, ocorreram algumas tentativas para sistematização de métodos de catalogação, tais como as normas de catalogação de Conrad Gesner (1548), Florianus Trefleurs (1560), Andrew Maunsell (1595) e John Durie

(1650). Maunsell, um livreiro londrino, apresentou entrada pelo sobrenome, entrada de trabalhos anônimos sob o título ou assunto, ou ambos, e entrada de traduções de autor original, quando conhecido sob tradutor e assunto(9).

Normalmente, os historiadores da Biblioteconomia, entre eles THOMPSON(18) em seu livro **A history of the principles of librarianship**, arrolam princípios onde uns reconhecem que as bibliotecas são o centro de poder estatal e em outros que as bibliotecas tomam-se populares, em todas as épocas.

O primeiro princípio da Biblioteconomia, na visão de THOMPSON(18), diz que as bibliotecas são criadas pela sociedade e explica que Assurbanipal e seus sucessores fizeram da Biblioteca de Alexandria a mais famosa por vários séculos, deslumbrando o mundo e sendo símbolo da cidade de Alexandria. O autor cita ainda que as bibliotecas da Roma antiga resumiam sua civilização e as bibliotecas na Idade Média eram criação da Igreja. Com o advento da democracia, as bibliotecas não serviam só a uma elite e a disseminação da educação requeria o apoio das bibliotecas. Conclui THOMPSON (18; p.205) que a história completa da interrelação entre bibliotecas e sociedade é ilustrada fisicamente no desenvolvimento dos prédios das bibliotecas. "No início, as bibliotecas eram abrigadas em palácios e templos; depois, nos mosteiros e catedrais. Logo após, refletiam o orgulho e aspirações nacionais, tornando-se monumentais e grandiosas. Agora, com o advento da democracia, o prédio da biblioteca está-se tornando uma espécie de palácio do povo".

As bibliotecas sempre foram construídas ao lado de templos, palácios, mosteiros e, nos tempos modernos, ao lado do Congresso Nacional, como a do Congresso Americano.

O segundo princípio da Biblioteconomia, resultado do primeiro, é: "As bibliotecas são conservadas pela sociedade" (18; p.205), onde a história mostra que as bibliotecas são poupadas de desastres externos, normalmente provenientes de lutas sociais, quer sejam política, civis ou religiosas apesar do perecimento causado pelas condições materiais de uso. O autor arrola exemplos de fogo e

destruição de bibliotecas chinesas anteriores à era Cristã; em 48 a.C e outra em 64 a.C., quando os árabes consideraram a produção grega desnecessária à humanidade por ser contrária ao Alcorão.

Há ainda as bibliotecas romanas, que foram desativadas e destruídas pelos invasores da Antiguidade, por volta do século V e também o da destruição da biblioteca de Constantinopla, em 477. Por volta de 1500, o autor cita exemplos de lutas entre cristãos e pagãos, com respectivas queimas de bibliotecas, chegando até o exemplo de Hitler, onde cerca de 20 milhões de livros foram queimados.

Podemos lembrar aqui, também, que fatos similares sucederam-se no Brasil, como por exemplo, no período de 1964-1968, com a opressão cultural, devido à Revolução Militar, expressa na censura. Fatos também recentes apontam males na área, onde o ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, durante sua gestão, proibiu à Biblioteca Mário de Andrade, uma das maiores do País, a aquisição do jornal **Folha de São Paulo** e da Revista **Veja**, porque criticavam.

Há, também, o outro lado, o da conversão das bibliotecas, como na época da Revolução Francesa no século XVIII e da Revolução Russa no século IX, onde os acervos reais tornaram-se públicos (1). O autor conclui que os bibliotecários não são os responsáveis pelos desastres e como a sociedade cria bibliotecas, então elas as conserva.

O terceiro princípio da Biblioteconomia, segundo THOMPSON (18), é que as bibliotecas armazenam e disseminam conhecimento, mostrando que quando Assurbanipal fundou sua biblioteca em Nínive, ele estava consciente de que o conteúdo dos acervos, os trabalhos de tradução e outras análises, a intenção da disseminação estava presente.

O mesmo se deu em Alexandria, onde a biblioteca foi criada para reunir todo o conhecimento existente até então.

Acumular documentos ficou sendo tão importante quanto acumular riquezas ou propriedades.

O princípio de armazenagem e disseminação continuou até nos tempos modernos. A Biblioteca do Museu Britânico, no século XVIII, abriu seu acervo para o mundo, beneficiando posteriormente

nomes famosos como Dickens, Walter Scott, Karl Marx, Bernard Shaw, entre outros.

É bem sabido o fato de que durante os séculos XVII e XIX a política de aquisição de bibliotecas visava exclusivamente à coleção de certos trabalhos. Edições diferentes do mesmo trabalho eram geralmente consideradas duplicatas e descartadas da biblioteca. Ainda no final do século XVIII, Kayser citado por VERONA(19) opinava que, entre as várias edições de um certo trabalho, somente a melhor deveria ser mantida na biblioteca; além disso, recomendava que trabalhos específicos de um mesmo autor deveriam ser descartados se seus trabalhos já existissem na biblioteca.

Os princípios seguintes não são aqui enfocados por não estarem envolvidos com o tema deste artigo. Todavia, vale mencioná-los: 4º) as bibliotecas são centro do poder; 5º) as bibliotecas são para todos; 6º) as bibliotecas precisam crescer; 7º) uma biblioteca nacional deve conter toda a literatura nacional, com alguma representação de outras literaturas internacionais; 8º) cada livro é para ser usado; 9º) o bibliotecário precisa ser uma pessoa educada; 10º) o papel do bibliotecário só poderá ser relevante se estiver totalmente integrado no sistema sócio-político; 12º) o bibliotecário necessita de treinamento e/ou aprendizagem; 13º) é função do bibliotecário preservar o acervo de sua biblioteca.

No décimo quarto princípio da Biblioteconomia, ainda segundo o mesmo escrito: "uma biblioteca deve ser ordenada segundo algum princípio e prover uma lista de conteúdo". Assim, desde a Idade Média até hoje foi cuidado o desenvolvimento dos catálogos, passando de tabletes de argila sistematicamente agrupados de acordo com um plano como nas salas do palácio de Assurbanipal, em Nínive e a Biblioteca de Alexandria que foi dividida em numerosas salas especiais, onde foi preparado um catálogo classificado, em que cada título correspondia exatamente com a etiqueta do rolo de papiro. Os catálogos das bibliotecas medievais foram elaborados a partir do século VIII e os catálogos atuais mostram o desenvolvimento desde o catálogo impresso da Biblioteca de Boleian em 1605 até os sistemas computadorizados.

O décimo quinto princípio da Biblioteconomia é assim enunciado: "já que as bibliotecas são armazéns do conhecimento, deveriam ser arranjadas de acordo com o assunto", torna-se evidente sua validade. Todos os sistemas modernos de classificação, tais como Dewey, CDU, LC, são destinados ao arranjo por assunto. Desde a Antiguidade, o arranjo por assunto é também norma, ainda que de forma menos sofisticada, pois a biblioteca do palácio de Assurbanipal tinha uma sala para cada grupo específico: uma sala para tábuas relacionadas com Histórias e Governo, outra para Lendas e Mitologia e assim por diante. Cada uma das dez salas da biblioteca de Alexandria foi designada para um departamento de ensino. Na Idade Média, os trabalhos da época, por exemplo, eram arranjados de acordo com Gramática, Lógica e Retórica e, mais tarde, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia.

O princípio da Biblioteconomia de nº 16 diz que a convivência prática deveria orientar o arranjo em uma biblioteca, onde o autor cita que tanto a biblioteca de Alexandria como a de Assurbanipal eram arranjadas para uma conveniência prática ao invés de qualquer classificação filosófica do conhecimento. Também é válido para esquemas modernos tais como os de Konrad Gesner(18) que foram baseados na numeração medieval dos estudos (o trivium e o quadrivium) e por essa razão numa forma prática seguiu a ordem em que os estudos sucessivos numa universidade eram propostos.

A situação é do princípio idêntico através da classificação da Biblioteca de Bodleian que, quando foi aberta pela primeira vez em 1602, foi dividida dentro de quatro grandes grupos de assuntos ou faculdades: Teologia, Legislação, Medicina e Arte. Mais tarde, no mesmo século, quando Gabriel Naudé publicou seu "Bibliothecae Cordesiane Catalogus", ele descreveu a classificação que usou como a mais prática, desde que seguiu as faculdades de Teologia, Física, Jurisprudência, Matemática, Humanidades e outros nesse arranjo.

Atualmente, o arranjo das bibliotecas tem sido dominado por dois esquemas em específico - a Classificação Decimal de Dewey, que é derivada da Classificação Decimal Universal, e o da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

A característica em comum destes esquemas é que cada um é de utilidade pública. O próprio Dewey descreveu seu sistema como uma série de pombais onde o material poderia ser ajustado e suas nove classes principais como são na realidade nove classificações especiais. O esquema da citada Biblioteca do Congresso é constituído sobre o mesmo modelo - uma série de classificações especiais praticamente unidas. Os esquemas que contam com uma classificação filosófica do conhecimento não têm encontrado uma adoção mais ampla, mas ao invés disso, como aquela de James Brown, têm sido abandonados.

O décimo sétimo princípio da Biblioteconomia, e último, diz que a biblioteca deve ter um catálogo de assunto. Esses princípios anteriores revelam onde a biblioteca é um armazém do conhecimento arranjada por assunto. Novamente é a história das bibliotecas apoiando a proposição. Os catálogos das bibliotecas mais antigas eram catálogos de assunto. Os catálogos medievais eram dos títulos arranjados por assunto.

No período de 1200 a 1300 com o aparecimento da lista "Tabulae Septen Custodiarum super Bibliam" (18) foi introduzido o arranjo alfabético por autor.

Embora o catálogo de autor tenha se fundamentado nos séculos XVIII e XIX, até mesmo um século mais tarde, um Comitê Parlamentar, de 1849 (que foi designado para investigar bibliotecas públicas), concluiu que, na medida em que eles investigavam, pareceu para seu comitê que um catálogo, classificado por assuntos, com uma lista de autores em ordem alfabética, seria o melhor(18).

De fato, o período de 1800 a 1850, na Inglaterra, produziu uma multiplicidade de catálogos classificados, mas os arranjos por assunto eram tão artificiais e a ordem dentre eles não era suficientemente sistemática. Consequentemente, uma reação contrária a tais catálogos seguiu-se na metade do século, uma reação que foi satisfeita pela introdução do catálogo dicionário. O catálogo Índice de Andrea Cretadoro foi uma forma grosseira disto, mas foi Charles Ami Cutter, na América, quem produziu o código padrão de normas para compilação de catálogos dicionários. Neste código, Cutter definiu os primeiros princípios de catalogação em regras que

constituíam-no de forma completa, onde muitas regras continuam a fazer parte dos códigos atuais.

Os catálogos impressos permaneceram até a virada do século, quando os catálogos de fichas tornaram-se mais comuns; e desde a forma de fichas, a maioria das bibliotecas deste século o utilizam para o registro de suas coleções. Gradativamente, os catálogos eletrônicos vêm substituindo os catálogos de fichas, principalmente em países do 1º e 2º mundo.

Nos séculos XVII e XVIII houve uma forte inclinação para agrupar os trabalhos de um autor, e na primeira metade do século XIX uma mudança mais ou menos geral para a preferência ao livro específico, também com respeito à forma do nome de seu autor e sob o título encontrado na folha de rosto, ou em outra parte do livro, em conjunto com símbolo para indicar sua localização nas estantes, permitiam encontrar rapidamente um livro.

Obviamente, a prática acima mencionada e as primeiras instruções de catalogação não foram baseadas em considerações teóricas mais profundas acerca da função do catálogo. Não devemos esquecer que, na época em que as bibliotecas usavam a entrada de autor, ainda não existia qualquer teoria de catalogação. Então, como pode a proposição acima ser explicada? Em conjunto com esta questão certamente tem sua resposta envolvendo aspectos políticos, sociais e científicos.

FASE ATUAL

É o avanço do século XX quando a estrutura da catalogação moderna foi formada, que é de maior interesse para a atualidade. Este período pode ser visto por diferentes pontos de vista: há os bibliotecários que têm contribuído para aperfeiçoar métodos pelos seus exemplos e trabalhos publicados; há a influência controlada pelas grandes instituições, tais como a Biblioteca do Congresso e a Biblioteca do Museu Britânico, hoje incorporada à Biblioteca Britânica; há as organizações que têm reunido bibliotecários e eventos (congressos, simpósios, conferências) que têm permitido

catalogadores se encontrarem para discutirem problemas e mudarem pontos de vista; há os códigos produzidos na tentativa de normalizar a prática da catalogação e há muitos exemplos de projetos de catálogos nessa área.

Em 1831, o Museu Britânico contratou Antonio Panizzi como bibliotecário assistente, a fim de coordenar os trabalhos de revisão do catálogo daquela Instituição. Depois de quatro anos de discussão perante uma comissão encarregada de aprovar o novo código, Panizzi conseguiu a aceitação de sua proposta e apresentou as famosas 91 regras, onde estão contidas a sua ideologia sobre catalogação, sendo que o catálogo deve ser visto como um todo. O livro procurado por uma pessoa não é realmente, na maioria das vezes, o objeto de seu interesse, mas a obra nele contida; esta obra pode ser encontrada em outras edições, traduções e versões publicadas sob diferentes nomes do autor e diferentes títulos e, conseqüentemente, para servir bem ao usuário, o catálogo deve ser planejado para revelar todas as edições, versões, etc. das obras, bem como obras inter-relacionadas que existem na biblioteca.

Os aspectos principais abordados nas 91 regras de catalogação são:

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinado autor;

2. todas as obras de um autor e suas edições devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes edições e obras;

3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ser entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por idioma, etc.) de maneira que o usuário, em busca de um livro específico, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor serviria a seus objetivos;

4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada.

As modificações de Charles Coffin Jewett sobre condução de catálogos em 1852, no Relatório Smithsonian, da Smithsonian Institute, onde trabalhava como bibliotecário, referem-se à revisão das regras de Panizzi, adaptando-as para a prática norte-americana. Publicou um código de catalogação para a biblioteca, idealizou um sistema de reprodução de fichas por meio de placas estereotipadas de cobre para dar maior flexibilidade ao catálogo, bem como permitir maior integração entre as bibliotecas. Suas idéias sobre um catálogo coletivo nacional constituíram as bases para os serviços de catalogação cooperativa e centralizada e, posteriormente, foram expostas na Conferência dos Bibliotecários Americanos, em 1853(16).

Mas a contribuição mais importante para o que se tem denominado de teoria da catalogação foram mesmo as normas de Charles A. Cutter publicadas em 1876, considerado o primeiro jogo completo de normas para um catálogo dicionário. Essas normas apresentavam uma inovação fundamental: junto com a reunião de todos os trabalhos por um autor sob um cabeçalho simples, revisões, traduções, resumos de qualquer trabalho dão entrada sob o autor ou sob o título do texto original, respectivamente, e é arquivado imediatamente após ele(19).

Mas Cutter permitia uma variação no caso de traduções que poderiam entrar sob seus títulos, caso o texto original não existisse na biblioteca.

Este trabalho foi concluído em quatro edições antes da morte de Cutter, em 1903. Essas normas foram desenvolvidas, revisadas e mudadas pelas normas de catalogação da Biblioteca do Congresso Americano sobre fichas impressas editadas entre 1903 e meados dos anos 30 sobre separata de fichas impressas, referindo-se ao progresso da indústria tipográfica que permitiu o desenvolvimento desse serviço. Em 1908, a primeira edição das normas da American Library Association foi editada como uma outra revisão de Cutter. Ela foi seguida pela segunda edição preliminar das normas da American Library Association, em 1941; vindo depois as normas da American Library Association para autor e entrada de título, em 1949; as normas da Biblioteca do Congresso para catalogação descritiva de 1949; e as novas normas de catalogação Anglo-Americana, em 1967(10).

Igualmente códigos desenvolvidos em outros países podem ser observados a seguir.

Foi M. Schrettinger, citado por VERONA(19), quem apresentou o primeiro levantamento sistemático e mais detalhado dos principais problemas a respeito da compilação de um catálogo alfabético para entradas de autor e título escritos em alemão. De acordo com sua proposta, para o cabeçalho seria escolhida uma palavra do título, devendo ser este procedimento uma norma de catalogação. Todavia, este procedimento apresentou algumas dificuldades e inconsistências.

Todas as edições de um certo trabalho são agrupadas e os trabalhos são arquivados cronologicamente. Mas em seu manual, Schrettinger é mais consistente, nos sub-arranjos: as traduções seguem uma sequência separada após todos os textos originais; em ambas as sequências, os títulos são arquivados alfabeticamente.

Muitos manuais de bibliotecas alemãs publicados durante a primeira metade ou na metade do século XIX concordam com Schrettinger. Além disso, alguns autores propõem uma mudança na posição geral para os objetivos do catálogo, conforme salientaram ainda mais as normas de C. Dziatzko, a respeito de trabalhos anônimos. No sub-arranjo sob cabeçalhos de autor, Dziatzko reconheceu unidade literária como uma norma, com certas exceções.

O acúmulo de todos os trabalhos por um dado autor foi realizado pelas instruções prussianas, que são normas de catalogação adotadas na Alemanha e em muitos países europeus, com idéias sobre trabalhos de autor corporativo e trabalhos anônimos. Essas instruções são adotadas em todas as normas, embora em alguns códigos alemães discordem em detalhes; por exemplo, certas traduções de cabeçalho de autor são arquivadas de acordo com seus próprios títulos se o texto original não existir na biblioteca.

O código para a Biblioteca Nacional Suíça traz o então chamado cabeçalho próprio, onde a base da informação é dada pelo próprio livro. Além disso, há um cabeçalho planejado para bibliografia retrospectiva.

Mais interessante ainda é o código da Biblioteca Nacional Austríaca adotado somente para livros publicados antes de 1930, onde os trabalhos de um mesmo autor são arquivados de acordo com cabeçalho uniforme, tendo a prática das várias edições e traduções de catalogação de acordo com seus próprios títulos ser um traço característico da mais antiga prática de catalogação austríaca em geral. Ainda hoje, muitas bibliotecas austríacas adotam tal código para livros publicados antes de 1930(19).

Um dos primeiros bibliotecários italianos a mencionar algo sobre compilação de catálogos alfabéticos para entradas de autor e título foi G.B. Audifreddi. No prefácio para seu catálogo, ele descreve seu próprio método: a entrada de todos os trabalhos para um autor, sob um cabeçalho simples, procurando agrupar várias edições e traduções do mesmo trabalho. Segundo VERONA(19) não se sabe nada sobre o desenvolvimento em códigos italianos dos séculos XVIII e XIX além desse. Mas uma centena de anos mais tarde, G. Fumagalli redigiu normas baseadas em Audifreddi.

O primeiro código italiano oficial publicado em 1922 é menos consistente: traduções de Slanovic ou trabalhos orientais anônimos devem entrar sob títulos específicos; no sub-arranjo de traduções de cabeçalhos de autor são arquivados em grupos especiais após todos os textos originais. A nova edição propõe que se use os nomes dos autores que estavam em uso na época quando o trabalho específico foi publicado.

As normas do Vaticano adotam em geral a prática de catalogação americana e mostra a mesma discordância com respeito a traduções de trabalhos anônimos.

Deveremos examinar alguns regulamentos da catalogação francesa. Para isso, levamos em consideração também as instruções delineadas pelo bibliófilo dinamarquês F. Rostgaard, mas escrito em francês e publicado em Paris. Essas instruções foram planejadas para um catálogo classificado e acompanhado por um índice alfabético. Há, todavia, que ser mencionado aqui a consideração de dois traços característicos que aparecem nele: trabalhos anônimos entram sob

autor identificado e traduções são arquivadas, após o texto original, indiferente do fato da ordem cronológica recomendada por Rostgaard ser interrompida.

O código francês de 1791, resultado da Revolução Francesa, trouxe regulamentos para catalogação de livros que se tornaram propriedade do Estado, fez entrada de autor obrigatória, especificou a forma do catálogo, em fichas, e também incluiu nomes para acesso e guia. Este código difere fundamentalmente da proposta de Rostgaard: nada é feito sobre a identificação de autores; é sempre o livro específico que fornece a informação para a entrada. Tal atitude parece ser mais ou menos característica da teoria de catalogação francesa do século XIX. Deste modo, diversos outros manuais de bibliotecas francesas, como de Coustin e Rouveyere, simplesmente reproduziram as recomendações sem quaisquer mudanças. Alguma posição diferente é encontrada no manual de A. Maire, como os trabalhos de um autor são arquivados juntos, e o sub-arranjo sob cabeçalhos de autor, textos originais e traduções são arquivados em dois grupos separados.

Há a diferença entre as opiniões expostas teoricamente no século XIX e as normas de catalogação francesas surgem no século XX, representando a prática das mais importantes bibliotecas parisienses. Mas há uma exceção no código de catalogação mais novo que, juntamente com a prática francesa, menciona também que a norma do Vaticano para traduções de trabalhos anônimos sob seus títulos.

Aproximadamente no século XIX, uma mudança mais ou menos geral tomou lugar e, durante a primeira metade deste século, a preferência foi dada para o livro específico, frequentemente com respeito à forma do nome do seu autor.

Foi no século XIX que se quebrou definitivamente a velha tradição. Este século foi significativo para a história das bibliotecas em geral. Introduziu o grande desenvolvimento das bibliotecas nacionais a determinação definitiva de sua própria função como ser a coleção completa de produção impressa nacional, direitos autorais novos e aperfeiçoados, bem como o início das bibliografias nacionais.

Parece natural que esses fatos não poderiam ocorrer sem manifestar uma influência profunda sobre política de aquisição da biblioteca em geral. Além disso, decidiu-se o papel da unidade bibliográfica. Esta mudança característica influenciou em diversos manuais do século XIX sendo que começou haver pressão para que edições diferentes do mesmo trabalho não fossem consideradas como duplicatas.

Não podemos declarar uma conexão definitiva entre a mudança antes mencionada que ocorreu com a política de aquisição e a mudança semelhante na posição do catálogo para unidade bibliográfica. Entretanto, parece significativo que ambos tenham lugar mais ou menos ao mesmo tempo no decorrer da história da Biblioteconomia.

Junto com o desenvolvimento da teoria da catalogação e o surgimento dos códigos de catalogação na segunda metade do século XIX e início do século XX, uma nova mudança na posição de catálogos ocorreu: a opinião geral começou a virar gradualmente para o reconhecimento da unidade literária, conforme afirma VERONA(19).

A unidade literária, em catalogação, é a entrada de publicação sob um mesmo título uniforme, geralmente o título original do trabalho, enquanto que na unidade bibliográfica, o título usado para objetivo de entrada no catálogo é aquele que aparece na página da publicação.

Entretanto, a posição do catálogo para unidade literária e bibliográfica não era formulada claramente como um problema fundamental do catálogo. Mesmo aqueles códigos que revelavam um entedimento completo da importância deste problema, por exemplo, as instruções prussianas, não definiam suas posições como um princípio dominante. Regulamentos a respeito dessa posição são omitidos sob regras específicas e podem ser detectados somente por um estudo mais intensivo do catálogo.

Grandes empreendimentos no campo da catalogação foram levados a efeito desde as primeiras décadas do século XX. Mas mesmo esta afirmação se aplica somente a um número muito pequeno de códigos. Muitos deles não parecem enfrentar o problema

como um todo e, conseqüentemente, não adotam uma posição estável para ele.

Em revisão feita por HUNTER & BACKWELL(9) foi Jewett, nos Estados Unidos, quem previu o desejo de catálogos cooperativos, mesmo ocorrendo na Inglaterra, através de manifestação feita pelo Comitê Kenyon. Tanto a catalogação cooperativa como a centralizada visavam atender às necessidades de informação de um país ou região, e catálogos desse tipo não se mostraram práticos, especialmente em escala internacional, até o desenvolvimento de métodos automatizados, isto de acordo com o Relatório King, citado pelos mesmos autores.

Face a esse problema de necessidade de uniformização dos catálogos e listas similares de livros, foi realizada em Paris o maior evento catalográfico do século XX - a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em 1961, sob os auspícios da UNESCO, com subvenção do Council on Library Resources dos Estados Unidos(2). Em cumprimento às resoluções desta Conferência, resultou a Internacional Standard Bibliographic Description (ISBD), que serviu como instrumento de comunicação internacional da informação bibliográfica.

De acordo com MILCETICH (14; p.179) as três características principais da ISBD são: "1º) sua abrangência; 2º) sua ordem fixa de elementos dos dados; 3º) seu uso da pontuação como delimitados ou planejados entre os diferentes elementos bibliográficos. Cada ISBD é planejada para incluir toda a informação descritiva necessária à identificação de uma publicação que possa ser requerida para diferentes atividades bibliográficas".

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD) vem sendo utilizada em sistemas de processamento automatizado de dados bibliográficos, como o Machine-Readable Cataloguing (MARC), onde tais métodos de catalogação cooperativa não teriam sido aceitáveis sem um código padrão de normas de catalogação, o que se concretizou com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR).

A primeira edição do Código de Catalogação Anglo-Americano ocorreu em 1967 e incluiu textos americanos e ingleses,

foi produto de editoração de Seymour Lubetzky e C. Summer Spalding, juntamente com grande número de pessoas que acreditaram naquela edição. A segunda edição, em 1978, apesar das mudanças na apresentação e conteúdo, tem os mesmos princípios e objetivos da primeira edição.

O ponto inicial para a nova edição foi o sucesso de seus textos de 1967 em bibliotecas de diferentes tipos e tamanhos, além do desenvolvimento de processo de catálogos, serviços da biblioteca nacional, não somente nos três países anglo-americanos para onde foi estabelecido o código, mas através do mundo.

O Código de Catalogação Anglo-Americano tem sido adotado em muitos países de língua inglesa e tem tido considerável influência na formação ou revisão de normas de catalogação nacional e de outros países. Por dez anos tem sido assunto para teste crítico de aplicação de prática profissional no mundo(3).

Um acordo entre a American Library Association e a British Library Association, em 1966, deu continuidade de revisão dos contextos de 1967 após a publicação. Problemas importantes foram identificados e entre as partes houve consolidação da proposta de conclusão pela Library of Congress da política de "superimposição" que adotou o Código de Catalogação Anglo-Americano e também o estabelecimento de políticas de trabalho da Library of Congress, da National of Canada e outras bibliotecas. Um outro fator que contribuiu foi a necessidade de um programa: o International Standard Bibliographic Description (ISBD) sob os auspícios da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). Este programa começou com uma normalização para monografias - o ISBD (M) - que foi incorporado nos dois textos do código de Catalogação Anglo-Americano de 1974, por meio de revisões publicadas separadamente do Capítulo 6.

Por estas razões, e por iniciativa da American Library Association (ALA) e da British Library, teve lugar no prédio da ALA em Chicago, em março de 1974, um encontro tripartidário, constituído de um delegado de cada um dos três países anglo-americanos,

representando em cada caso tanto a associação como a biblioteca, para redigir um novo projeto para uma segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano(8).

Em janeiro de 1977, um rascunho de texto da Parte I foi distribuído aos comitês nacionais para revisão, o mesmo acontecendo com a Parte II, em abril de 1977, e num encontro final, em Washington, em agosto de 1977, todas as propostas e comentários das revisões, visando a aprovação do texto todo para autorização de publicação.

Um período de dez anos se passou entre a publicação da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano e sua revisão foi marcada pela adoção dessas regras gerais em muitos países de língua inglesa. Nesse período, houve uma aceitação crescente e têm sido feitas traduções ou elas estão em processos, nos idiomas árabe, chinês, francês, italiano, japonês, norueguês, português, espanhol, turco, etc.

As normas de catalogação não podem ser estáticas; elas devem permitir mudanças necessárias, além de corrigir erros, modificar palavras, corrigir normas inadequadas e acrescentar normas e exemplos para novos casos. A segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano não é uma nova edição, pois não apresenta mudança nos conceitos e princípios básicos, onde SHINEBOURNE (17; p.231) a critica por considerar que "no código ideal, regras específicas deveriam claramente levar aos princípios sobre os quais se baseiam". Entende-se com isso que um código de catalogação poderia ser considerado bem sucedido se qualquer catalogador, em qualquer lugar, pudesse pegar um documento e elaborar uma descrição que fosse a mesma de qualquer outro catalogador, em qualquer lugar, trabalhando com o mesmo conjunto de princípios e conceitos.

As mudanças tecnológicas recentes têm-se refletido nas revisões das normas do Código de Catalogação Anglo-Americano e, para manter os catalogadores informados, quatro revisões foram publicadas: em 1982, 1983, 1985 e 1988, devido aos registros das coleções de bibliotecas estarem em microcomputadores, vídeos-discos, etc.

No Brasil, segundo FALDINI(3), a tradução do Código de Catalogação Anglo-Americano em sua segunda edição foi realizada pelo Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Processos Técnicos da Associação Paulista de Bibliotecários. Além disso, a citada autora elaborou um manual de exemplos de várias regras, de grande utilidade para os profissionais. Na tradução, procurou-se manter, quase que integralmente, os exemplos da edição anglo-americana, para não infringir as diretrizes estipuladas num contrato rígido, apresentado, às vezes, num mesmo caso, soluções com regras diferentes, para mostrar a maleabilidade do Código.

O manual está dividido em 13 capítulos que são exatamente os capítulos em que se divide a Parte I do AACR-2, onde cada um corresponde à descrição de um tipo específico de material bibliográfico, com uma pequena introdução, apresentando os pontos principais do material descrito.

Os capítulos da Parte I do AACR-2 são: cap.1 - materiais bibliográficos variados; cap. 2 - livros modernos e antigos; cap. 3 - mapas; cap.4 - manuscritos; cap. 5 - partituras impressas; cap. 6 - gravações de som (discos e fitas); cap. 7 - filmes cinematográficos e gravações de vídeo; cap. 8 - materiais iconográficos (diapositivos, fotografias, radiografias, cartazes, originais e reproduções de arte); cap. 9 - arquivos de dados legíveis por máquinas; cap. 10 - objetos fabricados pela mão do homem (artefatos tridimensionais) e de objetos encontrados na natureza (realia); cap. 11 - microformas; cap. 12 - publicações seriadas; cap. 13 - analíticas.

Nesse manual há um índice numérico, que remete do número da regra para o número de exemplo citado, e um índice alfabético de assunto, que remete do assunto para o número do exemplo.

No Brasil, várias tentativas foram feitas para a criação de um código brasileiro de catalogação, porém, infrutíferas. No entanto, esforços foram feitos, como cita BARBOSA (1; p.57-63), "embora concentrado-se em normas para cabeçalhos de entrada para nomes pessoais brasileiros e entidades coletivas brasileiras".

A primeira delas, que se tem registro, foi em 1934, quando RIBEIRO(15) publicou um trabalho intitulado Regras bibliográficas:

um ensaio de consolidação, onde, por suas palavras, não se tratava propriamente de um código, mas de uma tentativa de estabelecerem regras para entradas de nomes pessoais.

No Brasil, a uniformização das entradas só será possível quando pudermos contar com um sistema centralizado para o estabelecimento dos cabeçalhos, como ocorre em vários países e com êxito.

Comentários sobre desenvolvimento, objetivos e problemas para realização de estudos de uso de catálogos têm sido elaborados pelos bibliotecários brasileiros, entre eles os trabalhos de FIGUEIREDO(4), FIUZA(6), MEY(13) abordando levantamento da literatura existente, onde a função do catálogo é predominante.

A literatura nacional apresenta poucos textos sobre o uso do catálogo em bibliotecas, e muitos desses estudos se dirigem ao catálogo de autor e à catalogação descritiva, geralmente em bibliotecas escolares, públicas e universitárias, levantando suposições sobre as funções do catálogo. Entre estes estudos, encontram-se os de FIUZA(6) e os de FIGUEIREDO(4) que comentam sobre o desenvolvimento, objetivos e levantamento da literatura existente, salientando-se revisões sobre o assunto.

O fato de hoje em dia ter a informação um papel relevante em nosso meio, seja na sua administração ou no seu acesso direto aos documentos, requer um tratamento para a apresentação dessa informação procurada pelo usuário.

Cabe ao bibliotecário, que é o agente de cada usuário, preparar e controlar o acesso a essas informações de modo ordenado e aperfeiçoado dos serviços de processamento técnico.

Um dos serviços de processamento técnico e definido por ZAMBEL (21; p.13) denomina-se catalogação, que é o "registro e a descrição de uma obra para a composição de catálogos e bibliografias".

A catalogação, que é o ato de elaborar catálogos, é uma prática biblioteconômica que significa registrar e descrever um item e suas características através de códigos específicos, adotados internacionalmente.

Para tal, à fonte de informação sobre o que existe de determinado autor, sobre determinado assunto e se há determinada obra, é utilizado o termo catálogo. É, então, um elo de ligação, um canal de comunicação entre uma informação e o usuário; é uma forma de se explorar o conteúdo dos acervos de uma biblioteca.

Conforme LANCASTER (12; p.19) "o catálogo é a mais importante chave para a coleção da biblioteca e sua função maior é saber se a biblioteca possui um item bibliográfico específico cujo autor e/ou título são conhecidos (itens conhecidos) e se assim for, onde está localizado". O catálogo também revela as coleções existentes em áreas específicas de assunto e indica onde elas se localizam. Finalmente, o catálogo fornece informações bibliográficas sobre as obras que arrola.

Apesar de ter sua origem como simples inventário de relação de conteúdo de determinada coleção e arranjo físico do acervo, na organização bibliográfica de coleções, hoje o catálogo exerce um papel fundamental como meio de recuperação da informação.

A recuperação de dados ou localização de determinados itens é, sem dúvida, a função mais importante do catálogo de biblioteca, restringindo-se ao material bibliográfico disponível em determinada coleção para a qual foi preparado.

Segundo KRIKELAS(11), Randall preconiza que para o aperfeiçoamento do catálogo era necessário um estudo inteligente dos próprios usuários; sua vivência, sua experiência ou conhecimento, suas necessidades. Ele afirmou que nenhum aperfeiçoamento do catálogo poderia ser feito sem um estudo das regras e sem o exame físico do material catalogado.

CONCLUSÃO

A biblioteca, então, tem a responsabilidade de avaliar e interpretar a informação científica em seu campo especializado

havendo necessidade não só de compreender o processo de avaliação em si, como também de verificar e analisar a finalidade para a qual se usa o catálogo, concordando com o citado por FIUZA(7).

As questões envolvendo a catalogação não se limitam ao âmbito das grandes bibliotecas. Elas estão subjacentes também às pequenas; alcançam as universitárias e as de pequenas escolas primárias, as públicas e as particulares, as generalistas e as especializadas.

SUMMARY

FERRAZ, I.M.C. Library catalog use: a historical view.

Trans-in-formação, 3(1,2,3): -, 1991.

The catalog introduction in the humanity history stamped the library not as a simple book room. The catalog, then, showed and will show the instrument to localize an specific bibliographic item in the library, with the function of group informations to its users. The first catalog emerged with the first libraries, as simple reports or inventories of the works existent in their collections. With the advance of the XX Century, the modern cataloging structure was shaped, that it is the major interest to the present time.

Key words: catalog use, history of catalogation

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, A.P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1978. 245p. (Coleção Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação).
2. CUNHA, M.L.M. da. ISBD: origem e evolução e aceitação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 12(1/2): 7-14, jan./jun. 1979.
3. FALDINI, G. (org.). **Manual de catalogação: exemplos ilustrativos do AACR-2**. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987. 479p.

4. FIGUEIREDO, N. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelo e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, 7(1):9-25, jan./jun. 1979.
5. FIUZA, M.M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, 16(1):43-53, mar. 1987.
6. _____. Estudo do catálogo da biblioteca central do SESC/BH. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, 10(1):67-80, mar. 1981.
7. FIUZA, M.M. **Estudo das funções do catálogo da biblioteca central do SESC**. Belo Horizonte, 1980. 91p. (Dissertação de Mestrado), UFMG).
8. GORMAN, M. & WINKLER, P.W., ed. **Anglo-american cataloguing rules**. 2ª ed. Ottawa, Canadian Library Association, 1988. p.xiii.
9. HUNTER, E.J. & BACKWELL, K.G.B. **Cataloging**. 2ª ed. London, Clive Bingley, 1983. 222p. il.
10. IMMROTH, J.P. & DAILY, J.E. **Library cataloging: a guide for a basic course**. Metuchen, The Scarecrow Press, 1971. 202p.
11. KRIKELAS, J. Catalog use studies and their implications. In: VOIGT, M.J., ed. **Advances in librarianship**. New York, Seminar Press, 1972. v.3. p.195-220.
12. LANCASTER, F.W. **The measurement and evaluations of library services**. Arlington, Information Resources Press, 1977. p.19-72.
13. MEY, E.S.A. **Estudo analítico e conceitual da descrição bibliográfica**. Brasília, 1986. 194p. (Dissertação - Mestrado - UnB).
14. MILCETICH, M. The history and impact of ISBD. **Library Resources and Technical Services**, 26(2):117-82, Apr/Jun. 1982.

15. RIBEIRO, J.D. **Regras bibliográficas: ensaios de consolidação.** Rio de Janeiro, Indústria do Livro, 1934. 29p.
16. SHERA, J.H. Jewett and spofford: national librarians: a review of article. **Library Quarterly**, 47(1):58-61, Jan. 1977.
17. SHINEBOURNE, J.A. A critique of AACR. **Libri**, 29(3):231-259, Oct. 1979.
18. THOMPSON, J. The principles revealed. In: _____ . **A history of the principles of librarianship.** London, Clive Bingley; Hamden, Linnet Book, 1977. cap.9. p.204-55.
19. VERONA, E. Literary unit versus bibliographic unit. In: CARPENTER, M. & SVENONIUS, E. ed. **Foundations of cataloging: a sourcebook.** Littleton, Livraries Unlimited, 1985. p.152-75.
20. WYNAR, B. S. **Introduction to cataloging and classifications.** 6ª ed. Littleton, Libraries Unlimited, 1980. 657p.
21. ZAMBEL, M.M. **Glossário de termos técnicos em biblioteconomia e documentação.** São Carlos, Fundação Theodoreto Souto, 1978. 102p.